

**XXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA – AS  
CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A VIRADA CONSERVADORA**

(02/06/2020 à 05/06/2020)

**Mercantilismo e Liberalismo:**

**As contradições do pensamento econômico e do Estado inglês**

**AUTORES: Bruna Medeiros Gouvêa**

**Matheus Pires Matos**

## **Mercantilismo e Liberalismo:**

As contradições do pensamento econômico e do Estado inglês

Bruna Medeiros Gouvêa<sup>1</sup>

Matheus Pires Matos<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é demonstrar que o liberalismo surge com intuito de romper as amarras feudais que impediam o desenvolvimento do capitalismo, porém negando a base na qual se processa a acumulação primitiva e os elementos necessários para a gênese do próprio sistema, ou seja, negando o papel do mercantilismo no campo econômico, o qual possibilitou a Revolução Industrial na Inglaterra. Concluída a Revolução, o mercantilismo abre espaço para que a política econômica liberal se tornasse o modo predominante de gerenciamento do comércio internacional.

**Palavras-chaves:** Liberalismo; mercantilismo; história do pensamento econômico.

### **ABSTRACT**

The current article aims to demonstrate that Liberalism rose to break the feudal bonds that then prevented the development of capitalism, denying, however, the basis which processes the primitive accumulation and the necessary elements for the genesis of the system itself. In other words, denying the role of Mercantilism in the economic field, even though it was the same Mercantilism which made the Industrial Revolution possible. Once the Revolution was completed, Mercantilism made room for policies based on liberal economics to become the predominant means of management of the international trade.

**Key words:** Liberalism, mercantilism, history of economic thought

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). É pesquisadora do Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (GECEP) e do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB).

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). É pesquisador do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB) e participante do Projeto Teoria e Conjuntura Econômica (PROAE).

## 1. Introdução

No século XVII, a Inglaterra passou por transformações expressivas em termos políticos, seguida de mudanças econômicas no século XVIII, fruto de uma acumulação precedente que vinha desde a formação das rotas comerciais e de uma mentalidade racionalista, herança do renascimento.

A partir das perspectivas que surgiram dentro do desenvolvimento socioeconômico inglês desse período, este trabalho tem como objetivo apresentar a relação contraditória existente no processo de construção teórica e prática do liberalismo e na formação capitalista inglesa. Contradição essa marcada pela contraposição existente entre o pensamento liberal e a base material na qual se processou a ascensão do capital no país, ou seja, a intervenção estatal cristalizada na política econômica mercantilista.

Para uma melhor exposição, o trabalho foi dividido em três partes, na primeira é apresentada a relação existente entre o mercantilismo e o desenvolvimento econômico inglês que culmina na Revolução Industrial. A segunda parte é dedicada à teoria liberal que surge como interpretação da nova forma de sociabilização nascida das entranhas do feudalismo com a ascensão do capitalismo, evidenciando a base social e econômica em que se fundamenta suas reflexões. Para tanto, se evidencia alguns teóricos do liberalismo clássico, mas o maior enfoque se dá nos economistas Adam Smith e David Ricardo. Por fim, as considerações finais marcam a síntese desse processo e sua relevância tanto para construção da Inglaterra e do capitalismo, quanto para história do pensamento econômico.

## 2. A gênese capitalista e a política mercantilista

A formação do modo de produção capitalista é fruto da dissolução do sistema feudal, em um processo de transição marcado pela gênese do capital, que surge a partir da acumulação primitiva. O desencadeamento dessa mudança é marcado por uma série de eventos que levaram a crise e dissolução do feudalismo e abriu caminho para uma nova forma de sociabilidade.

Durante o feudalismo a Europa estava em significativo atraso com relação a sociedade árabe, chinesa e indiana. A atividade econômica da época era restrita a produção local rudimentar direcionada a subsistência. Marginalmente havia cidades como Veneza, Gênova, Florença e Pisa onde se realizavam feiras comerciais e atividades financeiras (SOUZA; PIRES, 2015).

A partir das cruzadas<sup>3</sup>, a economia europeia começou a crescer com a criação de rotas comerciais que ligavam o continente ao Oriente, e com isso, se estabeleceram feiras periódicas para a venda dos produtos orientais. Foi a partir dessas mudanças que se desencadeou o processo de

---

<sup>3</sup> Movimento iniciado no século XI a partir da exortação do Papa Urbano II que convoca os cristãos para a conquista da Terra Santa que se encontrava sob controle dos muçulmanos (SOUZA; PIRES, 2015).

dissolução do feudalismo, com o reflorescimento do comércio e de uma nova camada social ligada a ele, a burguesia comercial.<sup>4</sup> Nesse momento se formou o capital comercial, “transformando assim o dinheiro e as mercadorias em capital, e os proprietários do patrimônio dinheiro, que buscam sua valorização na promoção da circulação mercantil, em capitalistas comerciais.” (OLIVEIRA, 2004, p.24).

Devido a diferença no grau de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de troca entre Oriente e Europa geraram um déficit comercial que era coberto com o uso de metais preciosos. Para sustentar o seu consumo de especiarias, os europeus buscaram aumentar suas reservas de ouro e prata. Havia duas formas de fazer isso, por meio da mineração ou por um superávit comercial que escoava esses metais para o seu território (SOUZA; PIRES, 2015). Neste contexto, nasce uma das bases do pensamento mercantilista, trata-se da busca constante por concentração de lucros através da exploração comercial e da criação de uma balança comercial favorável.

Após uma época bulionista, a vontade dos mercantilistas de maximizar o ouro e a prata dentro de um país assumiu a forma de tentativas dos governos para conseguir um saldo favorável na balança comercial, quer dizer, ter mais moeda entrando no país do que dele saindo. (HUNT, 2005, p. 18)

Com a intensificação da concorrência após a saturação do comércio europeu no século XIV, devido as invasões otomanas que estreitaram as fronteiras comerciais da Europa, aumentou-se a necessidade de estímulo à produção nacional. Houve, nesta conjuntura, uma unificação política (reforçando a centralização do poder promovida pela burguesia comercial) através da associação entre os artesãos e a burguesia, que visavam proteger as fronteiras nacionais (FURTADO 2009). As políticas mercantilistas ganham mais espaço com o objetivo de atender as necessidades do capital comercial, entre elas a de expansão do comércio e a proteção do mercado interno por meio da autoridade central do Estado (ROLL, 1971).

O mercantilismo não era um sistema em si, mas um conjunto de diversas teorias econômicas sobre as maneiras de conquistar o poder e a riqueza. Para os autores desta vertente, a prosperidade de um país é medida pela quantidade de ouro, o que cria a necessidade do controle de sua saída para evitar uma balança comercial desfavorável. A quantidade de metais preciosos exportados então necessitava ser menor que a importação, para atender esse objetivo era recomendada a imposição de tarifas, proibições (seja no envio de moedas ou na compra de

---

<sup>4</sup> A burguesia passara a disputar espaço com os senhores feudais dentro da estrutura política, econômica e jurídica da sociedade feudal, lutando pela mudança da estrutura que não lhe era benéfica. Para isso ela se aliou com a monarquia e apoiou a centralização do poder real, financiando exércitos mercenários. Os reis por outro lado os forneciam meios para expansão comercial (SOUZA; PIRES, 2015).

mercadorias no comércio internacional) e produção interna de mercadorias importadas com o direito ao monopólio (HUBERMAN, 2013; HUNT, 2005).

A política mercantilista praticada pelo Estado foi responsável pela ampliação da acumulação das manufaturas, que era limitada devido a sua baixa produtividade e a incapacidade de expandir seu próprio mercado. A formação e o desenvolvimento das manufaturas ocorreu no processo de acumulação primitiva, que se deu por meio da violência extra econômica e pelo mercantilismo que foram expressos na intervenção do Estado (OLIVEIRA, 2003). Como demonstrou Marx ([1867] 1996, p. 370):

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se mais ou menos em ordem cronológica, a saber na Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial.

Dessa forma foram retirados os entraves da acumulação e da reprodução do capital, o sistema capitalista então foi se desenvolvendo por intermédio da atuação do Estado, que acontecia da seguinte forma:

O protecionismo tarifário defende o mercado nacional de manufaturas, e o exclusivo do comércio reserva os mercados coloniais para a produção manufatureira metropolitana. É o Estado, enfim, que garante mercados na metrópole e nas colônias para a produção manufatureira, revelando-se, então, o caráter primitivo do processo de acumulação de capital. (OLIVEIRA, 2003, p. 48)

Uma das principais nações a utilizar políticas mercantilistas foi a Inglaterra que, por intermédio de tais práticas desenvolveu as suas manufaturas e o seu mercado nacional, além de fundar as bases da Revolução Industrial. Uma das medidas que o país adotou foi o uso de tarifas aduaneiras protecionistas, que eram defendidas com o argumento de garantir a segurança nacional, o que justificava as leis de proteção à indústria naval<sup>5</sup> e da manufatura na sua fase infante. Outro ponto de sua defesa é a importância de garantir a proteção dos setores essenciais para a economia nacional e setores que empregam grande quantidade de mão de obra. (HOLANDA FILHO, 1998).

A Inglaterra iniciou assim uma campanha para diminuir a exportação de matérias primas e aumentar a de manufaturados, o contrário ocorreu com as importações em que a prioridade era os produtos da manufatura. Outro tipo de regulamentação utilizada foi o controle do transporte dos produtos, foi dado em 1651 a 1660 aos navios ingleses o monopólio do comércio nacional ao

---

<sup>5</sup> Essas leis de acordo com Holanda Filho (1998) foram criadas no século XVII pela Inglaterra contra a indústria naval holandesa que era a sua principal rival.

proibir a utilização de embarcações que não fossem produzidas e tripuladas por nativos da Grã-Bretanha. (HUNT, 2005, CORDOVANO, 2004).

Além de criar um ambiente seguro para o progresso da produção manufatureira, o Estado britânico teve papel crucial na criação de uma demanda para suas mercadorias e uma fonte de matérias primas para a ampliação dessa produção. No mercado interno isso se deu através da expropriação que gerou uma massa de trabalhadores assalariados que ao mesmo tempo eram consumidores<sup>6</sup>, além de criar elementos que possibilitaram a expansão do seu comércio exterior, entre eles, a colonização.

A conquista de novos territórios comerciais com a colonização foi um momento decisivo para acumulação primitiva da manufatura, foi por meio das colônias que se alavancou a concentração e fez amadurecer o comércio e as navegações (MARX, [1867] 1996).<sup>7</sup> Com intuito de extrair riquezas a todo custo, os ingleses subjugarão vários povos e reorganizaram seus territórios da maneira que possibilitasse o maior lucro possível. A economia das áreas conquistadas era voltada para a produção de matérias primas e especiarias que eram comercializadas pela metrópole, o consumo interno também imprimia essa submissão, com a exigência de que as mercadorias importadas fossem vindas apenas da metrópole e a proibição da criação de manufaturas (CORDOVANO, 2004; NOVAIS, 1979).

A invasão destes territórios foi o suporte que a manufatura inglesa necessitava para poder ampliar a sua acumulação, ao expandir o mercado para o consumo de suas mercadorias, além de fornecer matéria prima para a sua produção (NOVAIS, 1979). A conjunção dos elementos que compõe a acumulação primitiva presentes no mercantilismo (no caso, esse trabalho se limita a colonização e ao protecionismo) resultaram na consolidação do capitalismo inglês, evento que traz profundas alterações na economia mundial.

As mudanças provocadas pela gênese do capitalismo foram muito além do ambiente econômico, perpassando também pelo ambiente social. Diante desse meio surge uma nova forma de interpretar a vida econômica e social que será expressa por diversos filósofos e desencadeará no nascimento da Economia Política. O próximo tópico tratará dessas formulações, que carregam uma forte oposição a centralização do Estado e ao mercantilismo, que pregam a liberdade econômica e formal. Suas teorias demonstram o processo contraditório da formação capitalista, em que os

---

<sup>6</sup>O governo nacional britânico também criou um mercado interno bem integrado graças a liberdade concedida aos habitantes para a inovação e ao comércio. Foram suprimidas todas as restrições a locomoção no território nacional com a inexistência de tarifas alfandegárias dentro do país e um contínuo investimento em pontes, construção de estradas e rotas fluviais (LANDES, 2005).

<sup>7</sup> Prado Jr. (1976) diz que para entender a colonização não se deve tratá-la como um evento isolado de uma nação, mas como resultado de um todo. A invasão destes territórios é resultado da expansão marítima que ocorreu na Europa após o século XV, que por sua vez é fruto do desenvolvimento comercial do continente no século XIV.

elementos que asseguraram o seu desenvolvimento passam a ser negados por não lhes serem mais benéficos.

## 2. Liberalismo

A corrente liberal tem forte ligação com o iluminismo, este último foi um movimento que representou a ruptura do antigo pensamento religioso, classicista e da ordem vigente, sendo sobreposto pelo uso da razão, através do desenvolvimento da ciência e de ideais de progresso cultural e econômico (MERQUIOR, 1991). Houve uma conjunção e permutação de ideias entre o iluminismo e o liberalismo, sendo parte de um mesmo movimento histórico rumo à uma sociedade que estava nascendo das entranhas do feudalismo.

O liberalismo foi de suma importância para combater governos absolutistas fortemente instaurados na época, assim como para fazer defesa à ordem legal e à liberdade religiosa. Alguns pensadores fizeram forte defesa a um sufrágio parcial ou universal<sup>8</sup> (que se efetivou na conquista do sufrágio masculino), angariaram a legitimação da mobilidade social, além de conquistarem alguns direitos humanos e de liberdades mais gerais. Portanto, a modo de sua época, esses pensadores lutaram em prol de um certo grau emancipatório.

### 3.1 Liberalismo Social

O liberalismo clássico foi uma derivação do pensamento iluminista que já se encontrava em ebulição. O racionalismo científico<sup>9</sup>, ativado desde o renascimento<sup>10</sup>, culmina nesta corrente iluminista que passou a discutir os direitos humanos, o governo constitucional e uma liberdade econômica, ainda que esta última venha ser mais bem expressa no liberalismo, mais propriamente no pensamento da escola conhecida como “economia clássica”. (MERQUIOR, 2014; NETTO; BRAZ, 2007).

---

<sup>8</sup> O sufrágio parcial foi advogado por Locke, Constant etc. É certo que neste momento o sufrágio universal significava, propriamente, o masculino. Os autores nem sempre especificavam isso, entretanto, na prática foi somente à esse sexo que se concedeu o sufrágio. Apenas no final do século XIX, as mulheres conquistaram o voto em um país, no caso o primeiro país dessa conquista foi a Nova Zelândia, em 1893. Embora tenha havido um autor liberal que pleiteou o voto feminino, esse foi John Stuart Mill.

<sup>9</sup> Foi utilizado o termo “racionalista” não propriamente pela corrente de pensamento racionalista, mas como maneira de se entender que no período passou-se a acreditar na soberania da razão. Já o termo “científico” não foi empregado de modo pejorativo (como muitas vezes é entendido), mas sim pela tendência da época de trazer a compreensão para o lado científico e não mais para o metafísico, como se utilizava na Idade Média.

<sup>10</sup> Desde a Era Renascentista (1300-1600) o pensamento científico passou a ganhar espaço sob o pensamento clerical que dominou o período da Idade Média. Surgem (ou reaparecem repaginadas) correntes filosóficas tais como o racionalismo e o empirismo, com teorias que se entendiam como de oposição, isso porque a primeira utilizava-se do método indutivo e a segunda apoiava-se apenas na experiência sensorial, porém, como síntese, buscavam em comum entender o mundo de maneira racional.

O liberalismo clássico está melhor caracterizado nos intelectuais ingleses, escoceses e franceses. Suas temáticas giram em torno de três questões: as funções do Estado, a liberdade formal e a liberdade econômica.

A primeira se relaciona com o contexto em que esses autores estão inseridos. John Locke (1632-1704) vivenciou uma Inglaterra sob a posse do reinado totalitário e despótico dos Stuarts<sup>11</sup> que se apoiava na teoria do direito divino dos reis. Em seguida presenciou em 1640 a chamada “Revolução Puritana”<sup>12</sup>, sendo sucedida em 1688 pela “Revolução Gloriosa”<sup>13</sup> (HILL, 1985), movimentos que, para Arruda (1983) fazem parte de um mesmo processo: a Revolução Inglesa. De modo que Locke formou seu pensamento em um momento de grandes conturbações políticas, influenciando-o (como os que se seguiram) a considerar que os poderes estatais deveriam ser limitados. (VÁRNAGY, 2006).

A partir de Hobbes, Locke e Rousseau, os liberais passaram a advogar por uma teoria acerca de um “contrato social” que, em linhas gerais (desconsiderando as particularidades de cada autor), propunha haver um consentimento do povo, que através de um pacto social alienava-se<sup>14</sup> ao governante em troca da vivência em sociedade, ou seja, da proteção da vida social, já que fora da sociedade predominava a anarquia do estado de natureza. O contrato incidia, na visão liberal, de maneira que os cidadãos poderiam se voltar contra o soberano se ele se mostrasse deletério, e isso ocorreu em diversos momentos, vide decapitação de Charles I e Luís XVI<sup>15</sup>. (LOCKE, [1689]2006; ROUSSEAU, [1762]2011; MERQUIOR, 2014; HOBBSAWN, 2017).

O governo deveria voltar-se a manutenção da paz e da liberdade, à aplicação das leis (das quais Rousseau ([1689]2011) acreditava serem prescritas pelo próprio povo<sup>16</sup>) e para assegurar a propriedade privada. “Entendo, pois, por poder político o direito de elaborar as leis [...] no intuito de regular e conservar a propriedade, e de utilizar a força da comunidade para garantir a execução

<sup>11</sup> “Os Stuarts procuravam realmente impedir o povo de se reunir e de participar de discussões políticas, cortavam as orelhas dos que criticavam o governo, cobravam impostos arbitrariamente, desiguais na sua incidência, tentaram fechar o Parlamento e nomear funcionários para governarem o país.” (HILL, 1983, p.13).

<sup>12</sup> A Revolução Inglesa de 1640 foi um movimento social provocado por uma luta de classes que desembocou em uma guerra civil aonde de um lado se apresentava o Parlamento, as classes mercantis e industriais, a pequena nobreza progressista, os pequenos proprietários rurais e as massas populares, e de outro lado, o Rei Charles I apoiado pelos possuidores de terras e a igreja. O movimento se motivou pela política totalitária do Rei e suas consequências nos campos da vida social e da economia. A Revolução tem seu corolário na decapitação do Rei Stuart e na escalção de Oliver Cromwell como lorde protetor em 1653. A ascensão de Richard Cromwell, após a morte de seu pai, provocou uma restauração da monarquia inglesa, colocando novamente um Stuart no trono, Charles II, porém sem o poder absoluto que possuía seu pai. (HILL, 1985).

<sup>13</sup> Em 1688, James II, filho de Charles II, tentou restaurar a monarquia absolutista, provocando a Revolução Gloriosa que o depôs facilmente, por isso “gloriosa”. (HILL, 1985).

<sup>14</sup> A alienação feita pelos indivíduos, na visão de Hobbes e Rousseau, tratava-se de alienar a própria vida, já para Locke significava ceder o seu direito de fazer justiça com as próprias mãos. (ROUSSEAU, [1762]2011; LOCKE, [1689]2006; MERQUIOR, 2014).

<sup>15</sup> Luís XVI morre na guilhotina em janeiro de 1793 pelas mãos dos revolucionários franceses.

<sup>16</sup> “[...] como um homem pode ser livre e obrigado a conformar-se com vontades que não são as suas? [...]. A vontade constante de todos os membros do Estado é a vontade geral; por elas são cidadãos e livres. [...] do cálculo dos votos se conclui a declaração da vontade geral” (ROUSSEAU, [1762]2011, p.116).

de tais leis e para protegê-la de ofensas externas. E tudo isso visando só ao bem da comunidade.” (LOCKE, [1689]2006, P.22).

A questão da liberdade formal assinalada por autores do liberalismo clássico faz referência às diversas restrições que os indivíduos se viam constrangidos por uma sociedade ainda bastante baseada em preceitos religiosos e uma educação dogmática. Como Locke também foi um teórico da pedagogia, acreditava na educação como formadora, ela deveria estimular o preparo de membros úteis a comunidade e também ao desenvolvimento de indivíduos pensantes com autonomia. Esta, sendo semelhante a independência, é, para os liberais clássicos, a liberdade. A educação deveria ser, por consequência, libertadora. (LOCKE, [1689]1987; VÁRNAGY, 2006).

Os liberais passaram a defender também preceitos de tolerância, principalmente religiosa. John Locke ([1689]1987) via a perseguição religiosa como anti-cristã, para o filósofo a verdadeira fé não pode ser imposta<sup>17</sup>. Já Voltaire associava a intolerância religiosa à convulsões sociais que provocavam guerras desnecessárias. Desta forma, a tolerância religiosa era um importante princípio desses pensadores. (MERQUIOR, 2014).

Liberdade formal, para essa corrente, significa ausência de coerção<sup>18</sup>, preceito desde Hobbes. Mais especificamente, o liberalismo inglês ligava a liberdade à ideia de independência, em que tudo é permitido se a lei não constrange, e o francês ao conceito de autonomia, uma obediência à lei que o povo se prescreveu, havendo uma autodeterminação política. (HUNT, 2005; MERQUIOR, 2014; ROUSSEAU, [1762]2011).

De modo que esses pensadores se concentravam em uma luta contra a monarquia absolutista, as imposições religiosas, sobretudo quando esses dois elementos se mesclavam na teoria do direito divino dos reis. As formas sociais encontradas pelos liberais clássicos eram ainda bastante feudais, no seio da transição para o capitalismo, esses autores consideravam esses resquícios de atraso, empecilhos para o progresso. (HUNT, 2005; MERQUIOR, 2014).

Pode-se considerar uma dupla influência entre esses pensadores e a história, teriam eles influenciado o curso dos eventos ao passo que o contexto influenciava suas teorias. Não se pode afirmar que todas as teses visavam apenas tornar-se uma arma ideológica da burguesia para alcançar o poder, entretanto, assim foram usadas. (NETTO; BRAZ, 2007).

---

<sup>17</sup> “No le ha sido atribuido por Dios a él, porque no hay evidencia de que Dios haya dado jamás tal autoridad a un hombre para obligar a nadie a abrazar su propia religión. Tampoco puede investírsele de tal poder por acuerdo del pueblo, puesto que ningún hombre puede abandonar tan ciegamente el cuidado de su propia salvación como para dejar a la elección de cualquier otro, ya sea príncipe o súbdito, el prescribir cuál fe o culto debe abrazar, porque ningún hombre puede ni podrá conformar su fe a los dictados de otro.” (LOCKE, [1689]1987, p.6-7).

<sup>18</sup> “Por liberdade, então, podemos apenas entender um poder de agir ou de não agir segundo as determinações da vontade; isto é, se escolhermos permanecer em repouso, podemos; mas, se escolhermos mover-nos, também podemos. Ora, reconhece-se universalmente que esta liberdade incondicional encontra-se em todo homem que não esteja prisioneiro ou acorrentado.” (HUME, [1748]1996, p.100).

Há que se ter em conta que a luta de classes nesta conjuntura era entre a nobreza e a burguesia, portanto muitos de fato apoiaram uma revolução burguesa no sentido de progresso e de retirada do poder totalitário dos nobres, entretanto não se pode fazer uma análise anacrônica em que estes autores propositalmente ansiavam uma subjugação de outras classes. Isso foi algo desenvolvido ao longo dos anos, só a ascensão da burguesia pôde demonstrar os limites do liberalismo como teoria revolucionária, passando a converter-se em conservadora. (NETTO; BRAZ, 2007).

### 3.2 Liberalismo econômico

Os liberais almejavam o desmantelamento do padrão de política e de sociedade vigente, ou seja, a supressão do Antigo Regime, esta antiga ordem já não os servia. Os Estados europeus perduravam-se sob subordinação de monarcas absolutos amparados pela igreja e seu direito divino ao trono. Carregava, por suposto, marcas feudais e governança dirigida à classe ao qual pertenciam, qual seja: da nobreza fundiária. Somente a Grã-Bretanha, dada a Revolução Civil Inglesa, não era governada por uma monarquia absolutista. (HOBSBAWM, 2017).

Havia já na Inglaterra uma base de acumulação vinda desde o século XIII, mas acelerada graças aos mercantilistas, de modo que essa aceleração se torna nítida no século XVIII. Este ambiente propício proporcionou à Inglaterra a possibilidade de ser precursora da Revolução Industrial<sup>19</sup>. Sobrevém um crescimento repentino da economia do país em 1780, e é neste ano que se situa o início da Revolução. No entanto, seu poder de transformação só foi percebido plenamente, pelo menos, em 1830. (HOBSBAWN, 2017).

Três elementos primordiais possibilitaram as condições finais para Revolução Industrial: a indústria têxtil de algodão<sup>20</sup>, a indústria metalúrgica e de motor a vapor. (RUBIN, 2014). Desencadeando, por um lado, uma aceleração da produtividade, de outro a exacerbação da pobreza dos trabalhadores do campo, aprofundada pela depressão agrícola de 1815. Esses camponeses viram-se obrigados a vender sua mão-de-obra à indústria, suprindo as necessidades de trabalhadores desta. (HOBSBAWM, 2017).

---

<sup>19</sup> Além disso, na Inglaterra se encontrava escopo para a revolução por também já consentir com o lucro privado, havia já um incentivo ao desenvolvimento econômico por parte do Estado (através de políticas mercantilistas), a agricultura se volvia para o mercado e a solução agrária já havia sido concluída. “Uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial já quase monopolizava a terra, que era cultivada por arrendatários empregados camponeses sem terra ou pequenos agricultores [...] ainda estava para ser removido pelos Decretos das Cercas (*Enclosure Acts*) e as transações particulares, mas quase praticamente não se podia falar de um “campesinato britânico” [...]. As atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado.” (HOBSBAWM, 2017, p.63).

<sup>20</sup> A fabricação têxtil, por seu consumo de massa, proporcionou uma expansão da produção e do mercado. A ampliação deste mercado pelo comércio ultramarino possibilitou locais tanto para a venda da mercadoria, quanto para a compra de matérias-primas, baratas pois produzidas com mão de obra escrava e com oportunidades de ampliação de áreas novas de cultivo. O suporte do governo foi fundamental para o desenvolvimento desse mercado. (HOBSBAWM, 2017).

Somente em 1840 começa a estourar movimentos do proletariado, camada social surgida da Revolução Industrial. O desenvolvimento da indústria algodoeira provocou uma desaceleração econômica e um declínio da renda, deteriorando ainda mais a situação da classe trabalhadora. (HOBSBAWM, 2017).

A ampla massa dos trabalhadores sofria não apenas com o cereal caro, mas também com a introdução da maquinaria, com o desemprego e os baixos salários. Os primeiros ideólogos do proletariado já haviam captado que a raiz desses males não estava nas leis dos cereais, mas no sistema capitalista. [...]. As primeiras décadas da Inglaterra do século XIX transcorreram num ambiente de luta acirrada entre a classe dos proprietários fundiários e a da burguesia comercial e industrial, que era apoiada pela massa dos trabalhadores e pequeno-burgueses. Em 1815, os proprietários rurais ainda prevaleciam, e as tarifas protecionistas sobre os cereais sofreram um aumento. Em 1820, os mercadores de Londres apresentaram sua famosa petição ao parlamento, na qual demandavam a introdução do livre-comércio como único meio pelo qual os produtores das fábricas inglesas poderiam obter amplo acesso aos mercados estrangeiros. [...]. Com a crise industrial do fim dos anos 1830, a luta pelo livre-comércio assumiu maiores dimensões. A câmara de comércio de Manchester apresentou uma petição ao Parlamento [...]. Em 1846, as longas décadas de luta foram finalmente concluídas com a vitória da burguesia: as leis dos cereais foram revogadas, e a Inglaterra ingressou definitivamente num sistema de livre-comércio. (RUBIN, 2014, p. 283).

### 3.2.1 Adam Smith

É em 1723, em um contexto ainda pré-revolução industrial, que nasce Adam Smith. Filósofo e economista, Smith é criado em uma família de classe alta não pertencente à nobreza. Sua *magnum opus* “*A Riqueza das Nações*” é publicada em 1776 e é com ela que Smith marca a teoria econômica liberal<sup>21</sup>, sendo precursor da “economia clássica”. Morre em 1790, apenas 10 anos após o início da Revolução Industrial. (FRITSCH, 1985a).

“Na Inglaterra [e Escócia] de Adam Smith, o capitalismo industrial ainda estava em seus estágios iniciais. A agricultura ocupava o primeiro lugar, ao passo que o artesanato e a indústria doméstica continuavam a predominar no interior da indústria.” (RUBIN, 2014, p.275). A Grã-Bretanha de Smith ainda não é aquela dominada pelo modo burguês de produção, ainda era um capitalismo nascente, e é neste que a investigação do autor é voltada. (RUBIN, 2014).

Apesar de Adam Smith defender uma certa economia livre, não deixa de atribuir algumas funções ao Estado, como proporcionar educação a todos os componentes da sociedade

---

<sup>21</sup> Outros autores liberais antes de Smith já pensavam sobre a economia, mas não era seu ponto focal e só esbarraram na teoria econômica. A exemplo de Locke ([1689]2006) que acabou por ser o pioneiro de uma ideia que será desenvolvida por seus sucessores, qual seja: a teoria do valor-trabalho. Porém aqui iremos focalizar nos símbolos da economia clássica: Adam Smith e David Ricardo.

(principalmente da classe trabalhadora<sup>22</sup>). Defendia uma educação livre, ou seja, não subserviente aos interesses privados de produção ou dos proveitos dogmáticos da religião (devendo ser laica). “Com gastos muito pequenos, o Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação.” (SMITH, [1776]1985b, p.215),

Não caberia ao Estado, para Smith ([1776]1985b) definir uma religião, ou priorizá-la, pois o poder nas mãos de seitas religiosas seria certamente um erro já experimentado. Devendo também ser função estatal proporcionar diversões públicas, essencialmente por meio da arte, pois a tristeza do povo serve aos propósitos do fanatismo<sup>23</sup>.

O Governo civil também deveria proteger a população de invasões externas e conflitos internos através da manutenção de um exército militar. Os problemas internos são tanto maiores na medida em que maior for o grau de acumulação da sociedade, posto que a propriedade privada gera certos comportamentos, de maneira que os possuidores tem de estar protegidos dos despossuídos. Isso porque “onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos.” (SMITH, [1776]1985b, p.164). A desigualdade produz a violência, a assimetria de riquezas gera os miseráveis.

O economista clássico defendia também que cabia ao Estado proporcionar algumas obras e instituições públicas<sup>24</sup>, que do contrário jamais poderiam ser feitas por empresas privadas satisfatoriamente, sem incorrer em prejuízo para a região. Também outras funções dizem respeito ao encargo do governante proporcionar serviços públicos à população, e, por fim, de garantir-lhes alcançar uma renda para manter-se. (SMITH, [1776]1985b)

De modo que, para Corazza (1985, p.37), aparentemente o Estado passa a ter de lidar com os efeitos colaterais de uma economia mercantil sob os trabalhadores:

Smith reconhece que, sob o liberalismo, a divisão do trabalho significa para a “grande massa da população” ter a “liberdade de escolher” uma ocupação que entorpece sua mente e a torna incapaz de “saborear”, de uma “conversão racional” [...]. Aparece aqui uma das grandes contradições do liberalismo smithiano: a liberdade de ação individual colocada como condição do progresso e do bem-estar geral, significa, ao mesmo tempo, manter esse progresso e esse bem-estar fora do alcance da grande massa da população. Aparece também aqui com nitidez a

<sup>22</sup> “A educação das pessoas comuns talvez exija, em uma sociedade civilizada e comercial, mais atenção por parte do Estado que a de pessoas de alguma posição e fortuna” (SMITH, [1776]1985b, p.214), isso porque Smith ([1776]1985b) acreditava que o trabalho mecânico acaba por aparvalhar os trabalhadores.

<sup>23</sup> “Verdadeiro iluminista, Adam Smith conferiu ao tema do progresso na defesa do liberismo. Não espanta que ele tenha sido um crítico persistente do privilégio e da proteção. Como pilares encadeados da sociedade pré-moderna, o privilégio e a proteção não foram muito atingidos pelos porta-vozes da virtude cívica. Mas tornaram-se alvos naturais do liberalismo enquanto a voz da modernidade.” (MERQUIOR, 2014, p.87).

<sup>24</sup> Por exemplo: estradas, pontes, canais navegáveis, portos etc. (SMITH, [1776]1985b).

natureza do Estado liberal defendido por Smith e pelos outros economistas liberais: ser ao mesmo tempo garantia da liberdade de ação individual e arcar com o ônus de sanar os males que a mesma provoca para grande número de indivíduos.

Mas a inovação de Adam Smith se dá mesmo na teoria econômica. Seu principal eixo é exposto na teoria do valor-trabalho, que já Locke ([1689]2006) inferia que ao trabalhar na terra, o homem valorizava-a, ou seja, conferia um valor à terra.

O valor para Smith era dividido em “valor de uso” (utilidade do objeto) e “valor de troca” (o poder de compra do objeto em relação as demais mercadorias). Este valor é dado pelo trabalho desempenhado na elaboração da mercadoria (de acordo com os graus de dificuldades e de engenho empregados naquela produção) e é tanto maior quanto maior for a escassez do produto. (SMITH, [1776]1985a).

Por ser bastante abstrata a forma que usualmente se calcula o valor do produto, para o autor, é mediante a comparação das mercadorias entre si através de uma aproximação. Para tanto, determinou-se um bem que fosse possível fazer de referência a todos os outros, o dinheiro (o que na época do filósofo escocês significava ouro ou prata cunhado). (SMITH, [1776]1985a).

Entretanto, Smith acreditava que os mercantilistas haviam conferido demasiada relevância à figura do ouro e da prata que, a despeito de terem sido uniformizadas como mediadoras de troca e medidas de valor, não eram equivalentes à riqueza. Os produtos ouro e prata eram, no entendimento do pensador, substituíveis, sendo mais plausível isso que importá-los, podendo o escambo facilmente suprir sua falta, se fosse o caso. (SMITH, [1776]1985a)

A troca, entretanto, é naturalizada por Adam Smith. O autor normatiza a mercantilização<sup>25</sup>, isso foi senão fruto da fase de evolução econômica em que estava envolvido. Exemplo disso é sua ideia sobre a gênese da divisão do trabalho como uma “propensão existente na natureza humana [...] a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” (SMITH, [1776]1985a, p.49)<sup>26</sup>. Sendo a troca usada para sobrevivência mútua dos indivíduos, sem embargo “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse.” (SMITH, [1776]1985a, p.50)

---

<sup>25</sup> No entanto, embora Smith faça essa normatização, o filósofo expõe que o excesso de lucros tidos pela mercantilização, comercialização, não é tão positivo. “Quando os lucros do comércio chegam a ultrapassar o normal, o comércio excessivo se torna um erro generalizado, tanto entre os grandes comerciantes como entre os pequenos.” (SMITH, [1776]1985a, p.365).

<sup>26</sup> Esta naturalização do sistema mercantil é fruto dessa interpretação da frase de Adam Smith sobre uma “propensão a troca”, algo que não faria sentido visto que todo o período do feudalismo, para exemplificar com a forma econômica imediatamente anterior ao que o autor escreve, a troca não era algo tão comum. Existiam, isso sim, feiras pontuais uma vez por mês em que se trocava o que não iria se utilizar, mas isso não determinava o modo de produção, tampouco um sentimento inerentemente humano. Entretanto, em uma passagem anterior a já exposta citação, Smith ([1776]1985a) coloca a divisão do trabalho como pressuposto para essa comercialização humana: “Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho [...] todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial.” (p.57).

É daí que Smith deduz e confere uma função socialmente positiva ao egoísmo, visto que, para ele, é o açougueiro que ao tentar subsistir possibilita a oferta da carne para aquele que a consome. De modo que o melhor para o indivíduo acaba proporcionando o melhor para o coletivo. (SMITH, [1776]1985a; CORAZZA, 1985).

O cervejeiro, podendo se especializar só naquilo, produz um excedente de cerveja para os componentes da sociedade que possam comprá-las, se também puderem se especializar em outro trabalho que lhes garanta dinheiro em troca. Assim se dá a divisão do trabalho na comunidade. Ou seja, desenvolvendo seus ofícios, o indivíduo proporcionará certa mercadoria ou serviço que saciará as carências que a sociedade demanda. (SMITH, [1776]1985a).

Adam Smith entende que os empregos são quase equitativamente vantajosos, apresentando salários equiparáveis em uma sociedade que permita seu curso natural, isto é, em que há plena liberdade<sup>27</sup> para escolher retirar-se dos trabalhos a depender da desvantagem de se estar nele. Isso não significa que o economista entende que plena liberdade é igual pleno emprego. Em muitos momentos fica patente sua consideração pelas possibilidades de escassez de emprego em certas áreas e do fracasso nas carreiras. (SMITH, [1776]1985a). Encontra-se aqui, embora considere que a possibilidade de escassez de emprego, um modo de pensar os salários se autorregulando, o autor acaba por atribuir certa retidão as forças do mercado.

Os salários possuem diferenças, mas aqueles que estão empregados nos locais ou trabalhos menos rentáveis, direcionarão sua mão de obra para o lugar que for mais vantajoso. Exercendo pressão de oferta no setor/estabelecimento, desembocando em um rebaixamento das remunerações, igualando-os aos outros. Os salários não são numericamente iguais, mas sim comparáveis ao contrabalancear os benefícios<sup>28</sup>. (SMITH, [1776]1985a).

Smith não afirma a existência de pleno emprego, na realidade o autor mostra as diferenças dos padrões de vida e remuneração, ainda que atribua uma certa “justiça” a isso. (SMITH, [1776]1985a).

Com efeito, ao definir o salário como um contrato celebrado entre duas classes, com interesses opostos, mostra que o Estado está sempre a serviço dos capitalistas.

---

<sup>27</sup> Adam Smith afirma que a política “em nenhum lugar permite que as coisas ocorram com plena liberdade.” ([1776]1985a, p.117), portanto se torna claro que o caso não ocorre integralmente na realidade. Para o autor isso era mais evidente na Europa em que a política por não deixar o curso livre provoca desigualdades através de 3 formas “Primeiro, limitando a concorrência [...] segundo, aumentando em outros empregos a concorrência, além da que ocorreria naturalmente, terceiro, criando obstáculos à livre circulação de mão-de-obra e de capital, tanto de uma profissão para outra como de um lugar para o outros.” (SMITH, [1776]1985a, p.132)

<sup>28</sup> Esse balanceamento tem em vista 5 pontos, qual sejam: [...] primeiro, o caráter agradável ou desagradável dos próprios empregos; segundo, a facilidade e o pouco dispêndio, ou a dificuldade e o alto dispêndio exigidos para a aprendizagem dos empregos; terceiro a constância ou inconstância desses empregos; quarto, o grau pequeno ou grande de confiança, colocado naqueles que os ocupam; quinto, a probabilidade ou improbabilidade de ter sucesso neles. (SMITH, [1776]1985a, p.118).

Estes desejam pagar o menos possível; os trabalhadores almejam ganhar o máximo possível. Nesta disputa, diz ele [Smith], não é difícil prever qual das duas classes leva vantagem. Sua resposta é direta. Os patrões sempre levam vantagem, não só porque são menos numerosos, mas, principalmente, porque o parlamento não proíbe que se associem para reduzir o valor dos salários. É bem diferente a situação dos trabalhadores. Estes são proibidos de se associarem para fazer subir salários. Mesmo que pudessem, diz Smith, a correlação de força é sempre favorável aos capitalistas. Estes podem suportar as consequências de uma paralisação nos negócios por mais tempo do que os trabalhadores, que não dispõem de economias para enfrentar longos períodos de greves. (TEIXEIRA, 2009, p.114. Grifo nosso).

Para Smith, a diferença entre um comerciante e um trabalhador assalariado nada mais é que o fato deste último estar desapropriado de seus meios de produção e, por não ter capital, se vê obrigado a vender sua força de trabalho. (SMITH, [1776]1985a).

De maneira que atribuir uma teoria *laissez-faire* à Smith é ignorar todos os elementos acima expostos. A “mão invisível” não aparece como uma lei generalizada para o autor, sendo citada apenas uma única vez em “*A Riqueza das Nações*”, em um argumento que apresenta o comerciante que, buscando o melhor para seus negócios, acaba por aumentar a renda da sociedade em que se encontra:

Geralmente, na realidade, ele [o comerciante] não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países, ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por **mão invisível** a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. (SMITH, [1776]1985a, p.379. Negrito e parênteses nossos).

Deve ser questionado se essa mão invisível funciona mesmo em todos os casos e se foi de fato isso que Smith quis dizer.

Para Smith, portanto, o sistema econômico funciona bem — coordena adequadamente as ações singulares dos agentes a despeito da inconsciência deles quanto ao seu modo de funcionamento e seus resultados globais. Afigura-se incorreto, no entanto, considerar que ele, ao formular a metáfora da mão invisível, tenha se inspirado em um determinismo providencial, como se ela fosse o órgão manipulador de um macro-sujeito divino. Se o sistema econômico, visto desse modo, parece operar de modo coerente e sem problemas, isso não significa que ele atenda, sem restrições, aos fins humanos. Pois ele funciona de um modo que tende a inverter a relação entre consumo e produção, entre sujeito e objeto, no que se refere às determinações meio e fim. Ao invés de o fim da produção ser a realização dos objetivos humanos, o contrário tende a ocorrer. (PRADO, 1991, p.2)

O conceito da mão invisível é utilizado para justificar os motivos pelos quais o capitalista possui maior capacidade de decidir onde é o melhor ramo para aplicar o seu capital do

que o Estado. É a ação egoísta do indivíduo que leva a nação a prosperidade, o estadista que quiser orientar a atividade econômica do país irá fazer em vão, pois apenas deslocará o capital privado de um setor onde possui maior eficiência para um menos produtivo (SMITH, [1776] 1985a).

Desta forma, para Smith, o liberalismo econômico é o meio mais seguro para o desenvolvimento nacional, ao deixar o seu mercado livre de restrições, individualmente cada produtor se especializará em uma mercadoria que possui maior produtividade. Esse é o fundamento da Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith que é a base de sua teoria do comércio internacional, nela o autor estabelece que cada país deve se dedicar a produzir as mercadorias que possui vantagem natural. Tentar produzir uma mercadoria que não se tem vantagem não é uma escolha inteligente para Smith ([1776] 1985a), pois ao fazer isso se irá gastar muito mais do se comprasse do exterior e retirando capital de uma área de maior produtividade.

É patente que Adam Smith defendia a burguesia. Mas, de um ponto de vista ontológico, é patente que suas ponderações se davam muitas vezes pelo contexto que escrevia. O autor não viu as consequências que foram desencadeadas pela revolução industrial, sua análise se centrava no período em que o capitalismo apenas germinava, porém tendo se equivocado em não perceber a função que teve a teoria mercantilista e o Estado para formação da Inglaterra como potência.

Pode-se questionar se Smith tinha noção de que seu posicionamento levaria à uma sociedade regida pelo mercado, pois isso não estava realmente claro na sua ideia de “mão invisível”.

Entretanto, suas teorias foram moldadas e adaptadas após a Revolução Industrial, quando a teoria mercantilista havia cumprido seu papel, para uma política de mercado livre que forcejava o conservadorismo da burguesia no poder.

### **3.2.2 David Ricardo**

David Ricardo (1772-1823) constitui um dos grandes defensores do liberalismo assim como Adam Smith, tendo sido o responsável por reformular a teoria do comércio exterior smithiana, reforçando a ideia de divisão internacional do trabalho e da insuficiência do Estado na direção da economia.

Segundo Hunt (2005), após ler *A Riqueza das Nações* em 1799, Ricardo começou a se dedicar a estudar e a escrever sobre as questões econômicas. O autor, assim como Adam Smith, foi influenciado pela Revolução Industrial, com a diferença que quando iniciou seus estudos a mecanização já estava em estágio mais avançado. Além de ter presenciado a Revolução Francesa<sup>29</sup>, o que o possibilitou mais elementos para a sua análise.

---

<sup>29</sup> De acordo com Huberman (2013) a Revolução Francesa eclodiu em 1789 como fruto do alto grau de exploração ao qual os camponeses estavam submetidos a partir da cobrança de altos impostos referentes a compra de terras, da

A teoria de David Ricardo é realizada a partir de uma fase em que a economia capitalista já havia alcançado um grau maior de desenvolvimento, o que faz com que ele restrinja ainda mais as funções do Estado.<sup>30</sup> Devido a noção de que existe dentro da lógica de funcionamento capitalista mecanismos de autorregulação, o autor limita a ação estatal a garantir que obstáculos institucionais e naturais não atrapalhem o seu funcionamento (CORAZZA, 1984).

Ricardo também foi influenciado pela Lei dos mercados, teoria do francês Jean Baptiste Say, ela se baseia na ideia de que se não houver nenhuma restrição a procura efetiva, toda a oferta gerará sua própria procura. Como consequência, não há possibilidades de crises que não sejam fruto de intervenção na economia, a existência do pleno emprego, o desenvolvimento e o bem-estar ocorreram sem a necessidade de intervenção do Estado. Ricardo, apoiado nessa ideia, apresentará a noção de que a despesa pública não é capaz de criar poder de compra e por isso estimular o crescimento da economia, o que ocorrerá será a transferência de recursos do setor privado para o estatal, sendo que o primeiro é produtivo, ao contrário do segundo (CORAZZA, 1984).

Ricardo ([1817] 1996) usará esses argumentos para se opor às intervenções no comércio exterior, restrições à importação e prêmios de exportação, pois para ele não possuem nenhum efeito positivo para o desenvolvimento nacional. Apenas ocorrerá o que afirmou Smith ([1776] 1985a): o deslocamento de capital de um setor para outro. Sobre essa questão Ricardo ([1817] 1996, p.228) escreve:

O único efeito que ocasiona os direitos elevados pagos às importações tanto de manufaturados como de trigo, ou prêmio às exportações desses produtos, consiste no desvio de uma parcela do capital para um emprego que ele naturalmente não buscaria. O resultado é uma má distribuição dos recursos gerais da sociedade: é um engano que induz o fabricante a iniciar ou continuar em uma atividade comparativamente menos lucrativa. Constitui a pior espécie de tributação, pois não entrega ao país estrangeiro tudo que tira à nação, aparecendo o prejuízo na distribuição menos vantajosa do capital nacional.

Para Ricardo ([1817] 1996) países não necessitam possuir uma vantagem absoluta na produção de uma mercadoria para importar ou produzir internamente, mas sim uma vantagem relativa quanto a produção estrangeira. Assim, uma nação irá abrir mão de produzir a mercadoria

---

produção, utilização de moinhos, passagem por pontes e estradas para poder realizar comércio, entre outros. A revolta dos camponeses contra o parasitaríssimo da nobreza e do clero encontrou apoio na burguesia que foi quem mais lucrava por estar liberada das restrições de trocas e da indústria.

<sup>30</sup> Um exemplo das concessões abertas por autores anteriores é a clara e contraditória defesa de política aduaneira protecionista feita por Smith ([1776] 1985a) no capítulo dois do livro quarto, em que ele justifica a necessidade da manutenção das leis que regulam os portos britânicos. Essa é uma das políticas mercantilistas que foram adotadas pelos ingleses, para defendê-la, Smith ([1776] 1985a) utiliza o mesmo argumento que os seus rivais mercantilistas utilizavam, o da defesa nacional. Além disso Smith ([1776] 1985a) argumenta que se deve taxar nações que utilizam o protecionismo como forma de retaliação, isso poucas páginas depois de realizar críticas ao protecionismo e a interferência do Estado na economia.

que possui relativamente uma menor vantagem e importar da nação que a produz com maior primazia.

Sobre essa questão, Ricardo ([1817] 1996) coloca como exemplo a produção de vinho e de tecidos em Portugal e na Inglaterra, em que os portugueses possuem maior vantagem em ambas produções. Os lusitanos necessitam de 90 homens para produzir tecidos e 80 para vinho, desta forma a produção de vinhos é mais vantajosa para país. Já os britânicos necessitam de 100 homens para a produção de tecidos e 120 de vinhos, sendo a produção de vinhos mais vantajosa.

A teoria das vantagens comparativas busca superar as limitações que as absolutas de Smith possuíam, ampliando as possibilidades de sua utilização nas trocas internacionais. Ao destacar a importância da formulação de David Ricardo, Oliveira (2007, p.2) coloca:

[...] o princípio da vantagem comparativa nos revela que o comércio internacional será benéfico para os países mesmo se um determinado país possa produzir mais eficientemente, em relação aos demais, todos os produtos que consome. As principais teorias do comércio internacional se baseiam neste princípio, podendo divergir quanto aos determinantes das vantagens. Os críticos também tomam o princípio da vantagem comparativa e suas bases de sustentação como ponto fundamental de suas construções analíticas alternativas.

A indicação de que os ingleses deveriam centrar as suas forças produtivas na produção de tecidos deixa explícito como a teoria de David Ricardo está em busca de benefícios para a Inglaterra. O autor faz uma clara defesa a manutenção do foi estabelecido no Tratado de Methuen<sup>31</sup> que fez com que os portugueses ficassem em uma situação desvantajosa ao direcionar sua produção para vinhos, deixando de produzir até mesmo gêneros alimentícios.

A indicação do autor então direciona aos britânicos a produção de uma indústria que foi chave para a revolução e propõe aos lusitanos a manutenção do abandono de um importante setor sob o pretexto de ser mais benéfico a eles. Essa pode ser considerada uma ação estratégica, ao fazer isso ele garante um mercado consumidor para as mercadorias inglesas que, contraditoriamente, se desenvolveram com a restrição da importação, além de impedir o desenvolvimento de um possível concorrente.

Como Smith, Ricardo ([1817] 1996) escreve a partir da perspectiva inglesa, que, devido ao processo de industrialização que amplia sua produtividade necessita de um mercado mais amplo para comercializar suas mercadorias. Ele defende o comércio internacional como a melhor forma de

---

<sup>31</sup> Assinado em 1703 ficou estabelecido que o fornecimento de vinhos para a Inglaterra seria de exclusividade lusitana e que ao mesmo tempo só poderia Portugal consumir tecidos vindos da Inglaterra. Esse acordo foi um dos resultados do período de Restauração em que Portugal buscou se libertar dos laços que lhe prendiam a Espanha desde que ambos os países passaram a ser governados pelo mesmo monarca. Para receber apoio com a França, Holanda, Suécia e Inglaterra foram firmados uma série de tratados desvantajosos para o país (SODRÉ, 1957).

distribuição e satisfação das necessidades humanas, em que os consumidores serão os mais beneficiados.

O liberalismo mantém a lógica de exploração do período mercantilista, apenas retirou a necessidade da criação de um domínio direto dos territórios como ocorreu no período colonial. A Inglaterra, a partir da divisão internacional do trabalho, manteve seu papel de exportadora de produtos industrializados, enquanto as regiões periféricas mantiveram o seu papel de fornecedoras de matéria prima.

#### 4. Considerações finais

As políticas mercantilistas inglesas fundaram as bases para o desenvolvimento do capitalismo no país. O protecionismo, a colonização<sup>32</sup>, a acumulação primitiva que lançava mão de meios extraeconômicos<sup>33</sup> e, sobretudo, o aparelhamento estatal, foram primordialmente relevantes ao surgimento da nova sociedade.

Juntamente a essas mudanças no campo econômico, surgiram outras interpretações dessa nova forma social. As teorias do iluminismo e do liberalismo foram bastante revolucionárias no sentido de romper as amarras de feudalidade que perpassavam todo campo político e societário, sendo imprescindível para o avanço da civilização e para elaboração de uma constituição que versava sobre os direitos humanos e do cidadão<sup>34</sup>. A liberdade relativa<sup>35</sup> e o governo constitucional foram conquistados graças a essas teorias que possuíam de fato cunho emancipatório para o contexto. No entanto, a “igualdade” não passou de uma formalidade, o capitalismo desencadeia uma sociedade em que a desigualdade (étnica, de gênero e, sobretudo, de classe) é a regra.

Adam Smith focaliza sua interpretação de um capitalismo ainda não solidificado em uma apreciação centrada na Inglaterra, favorecendo-a em relação às outras nações. Seu entendimento vai no sentido quase oposto ao mercantilismo, vendo este como barreira ao progresso da Grã-Bretanha (por causa da política perniciosa dos governantes da época), ignorando, ou não percebendo, que foram as políticas mercantilistas que possibilitaram a acumulação necessária para

<sup>32</sup> Além de agir internamente, o Estado inglês invadiu e saqueou diversos territórios, os utilizou como base para o seu enriquecimento, ditando por meio da força a forma com que se organizava a produção e o consumo interno. A gênese do capitalismo e da Revolução Industrial é marcada pela exploração comercial, genocídio de diversos povos, escravidão e colonização, tudo justificado pela garantia do lucro do comércio que está no seio da política mercantilista.

<sup>33</sup> Durante a fase inicial de desenvolvimento do modo de produção capitalista inglês, seu processo de acumulação era limitado, o mercado por si só não era capaz de garantir os meios necessários para a reprodução e expansão do sistema. Devido a isso, foi necessário que se lançasse mão de meios extraeconômicos para garantir que o capital pudesse se desenvolver, assegurando uma massa de expropriados que fossem mão de obra e consumidores das mercadorias produzidas, esse problema foi resolvido por meio da desapropriação dos camponeses de suas terras e a criação de leis contra a mendicância. Esse processo é mais bem explicado em Marx ([1867] 1996) capítulo XXIV.

<sup>34</sup> A “Declaração do homem e do Cidadão” foi resultado das ideias iluministas empregues na Revolução Francesa.

<sup>35</sup> “Relativa” porque nunca foi uma liberdade plena, sobretudo para as populações “invisíveis”, a exemplo das mulheres. Muito dos direitos conquistados pelos homens neste contexto foram só adquiridos pelas camadas femininas séculos depois e ainda não há uma liberdade completa (isso retratando os países mais avançados nesses termos), principalmente se associada a “igualdade”, segundo ponto do lema iluminista.

as inovações que estavam surgindo e ao avanço inglês. Smith defende uma proposta de livre comércio, mas considera importante, e até imprescindível, a ação estatal em certos departamentos, essencialmente onde a autorregulação e o mercado não conseguem corrigir os problemas enfrentados pelo capital.

Adam Smith não testemunhou os resultados da concretização do capitalismo, tampouco viu sua teoria sendo levada a cabo como política. Percebeu já alguns elementos de opressão aos trabalhadores, tendo proposto atenuações, mas não assistiu a real situação da classe proletária, revoltas desta só foram ocorrer em 1840, quando a Revolução já tinha encontrado seu corolário e já havia meio século da morte do precursor da economia clássica.

Tão pouco Ricardo pode presenciar em sua plenitude os resultados da Revolução, ainda que tenha visto em estado mais avançado. Apesar disso, ambos autores possuem papel primordial no desenrolar da política econômica britânica. O liberalismo econômico desses autores foi aderido pela burguesia inglesa após o país se converter em “oficina do mundo”<sup>36</sup> e se tornar o modelo de nação a ser seguido e imitado.

O desfecho da Revolução Industrial Inglesa cessou a serventia da teoria mercantilista. Já articulada a industrialização e a acumulação, a Inglaterra passou a se favorecer de políticas de livre mercado. Destarte, instituiu-se uma divisão internacional do trabalho com a separação dos países entre industriais e agrícolas, reforçando a posição que os territórios invadidos por europeus ocupavam no período mercantilista, o que beneficiou sobremaneira a Grã Bretanha. Isto porque as antigas colônias se mantiveram com uma economia baseada na produção rudimentar de matérias primas, ao mesmo tempo em que se tornaram consumidoras dos produtos industrializados fornecidos, predominantemente, pela Inglaterra.

Por conseguinte, o processo histórico que culminou na industrialização do país passa a ser entendido como uma vocação natural da nação. Assim é utilizada a teoria ricardiana das vantagens comparativas, como uma estratégia para o preservação da hegemonia industrial inglesa e como uma manutenção das desigualdades econômicas entre os países.

É precisamente quando a teoria da escola clássica foi elevada a política pública comandada por uma burguesia agora já consolidada no poder, havendo se convertido de classe revolucionária à classe conservadora. Os processos revolucionários mostraram suas limitações.

A cultura ilustrada condensa um projeto de emancipação humana que foi conduzido pela burguesia revolucionária, resumido na célebre consigna *liberdade, igualdade, fraternidade*. Entretanto, a emancipação possível sob o regime burguês, que se consolida nos principais países da Europa Ocidental na primeira metade do século XIX, não é a *emancipação humana*, mas somente a *emancipação política*.

---

<sup>36</sup>Termo usado por Hobsbawm (2003) para caracterizar a função assumida pela Inglaterra no comércio internacional após a Revolução Industrial

Com efeito, o regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal, vigentes na feudalidade; mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto, que é o próprio do regime burguês: nele, a igualdade *jurídica* (*todos são iguais perante a lei*) nunca pode se traduzir em igualdade *econômico-social* – e, sem esta, a emancipação *humana* é impossível. Portanto, a Revolução Burguesa, realizada, não conduziu ao prometido reino da liberdade: conduziu a uma ordem social sem dúvida muito mais livre que a anterior, mas que continha limites insuperáveis (NETTO; BRAZ, 2007, p.19).

Em seguida, até mesmo a teoria da economia política clássica foi em parte abandonada pela burguesia, dada apropriação feita pela classe trabalhadora que chegava às conclusões radicais através da teoria do “valor-trabalho”. Convertem-se então a um movimento mais preocupado com a continuidade da elite burguesa no poder, já não se tratando mais da sua ascensão, versa-se agora de uma disputa ideológica, uma defesa teórica, daí surge a corrente neoclássica e sua proposta de “valor-utilidade”. (NETTO; BRAZ, 2007).

Em suma, a teoria revolucionária dos primeiros iluministas e liberais conquistou um ambiente muito mais livre e emancipado que o anterior. Tendo sido influenciados por um contexto em que o Estado apresentava um teor lesivo, passam a advogar uma teoria de uma governança mais livre, ainda que a presença estatal fosse quem estivesse possibilitando o desenvolvimento da Inglaterra. Mais tarde, conquistado o ambiente de acumulação, essas políticas são empregues, mas a teoria progressista torna-se perigosa para burguesia conservadora no poder. É onde a economia transforma-se em um estudo matematizado, deixando, pois, de ser “economia política”. Sobrevém a teoria marxista como contraponto às duas anteriores.

Em outras palavras, houve um movimento dialético: a monarquia absolutista e as políticas mercantilistas passaram a sofrer uma reação contrária através das teorias iluministas e liberais (da economia clássica), esta, sendo utilizada pelos trabalhadores, encontra seu contraponto com as teorias da economia neoclássica. A síntese dialética deste movimento será a crítica da economia política feita por Karl Marx.

### **Referências Bibliográficas**

ARRUDA, J. J. de A. **A grande revolução inglesa, 1640-1780**: revolução inglesa e revolução industrial na construção da sociedade moderna. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.

ARRUDA, J.J.A. **Perspectivas da Revolução Inglesa**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.4, set 1983. p.121-131.

CORDOVANO, C. A. **Interpretações da Colônia**: leitura do debate brasileira de inspiração marxista. Dissertação de Mestrado. Campinas, IE-UNICAMP, 2004.

CORAZZA, G. **Teoria Econômica e Estado**: de Quesnay a Keynes. Porto Alegre. UFRGS, 1984 (Dissertação de Mestrado em Economia).

FRITSCH, W. Apresentação. *In*: SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: investigações sobre sua natureza e suas causas. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. p. XII-XXII.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2009.

HILL, C. **A Revolução Inglesa de 1640**. 2 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

HOBSBAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2003.

HOBSBAWM, E. **Era das Revoluções: 1789-1848**. 38 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra 2017.

HOLLANDA FILHO, S. B. **Livre comércio versus protecionismo**: uma antiga controvérsia e suas novas feições. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 28, n. 1, p. 33-75, 1998.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**: do feudalismo ao século XXI. 22. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC ed., 2013.

HUME, D. **Investigação acerca do entendimento humano**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico**: Um pensamento crítico. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2005.

LOCKE, J. **Carta sobre la tolerancia**. Santiago, Chile: Estudios Públicos, 1987.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. 2.ed. São Paulo, SP: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl; SINGER, Paul. **O capital**: crítica a economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.

MERQUIOR, J. G. **O liberalismo Antigo e Moderno**. 3 ed. São Paulo, SP:É Realizações, 2014.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo, Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, C. A. B. de. **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo, SP: Unicamp, 2004.

PRADO, E.F.S. Estado, reforma e desenvolvimento: Elster e a mão invisível. **Lua Nova**, São Paulo, no.28-29, abr, 1991.

PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil**. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1976.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Editora Espaço Nova Cultura Ltda., 1996

- ROLL, E. **História das doutrinas económicas**. 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.
- ROUSSEAU, J.J. **Do Contrato Social**: Princípios de direito político. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigações sobre sua natureza e suas causas. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: Investigações sobre sua natureza e suas causas. 2.ed. V.II. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.
- SOUZA, L.S; PIRES, M. C. A herança colonial. In: PIRES, M. C (Org.). **Economia brasileira**: da colônia ao governo Lula. São Paulo, Saraiva, 2015.
- TEIXEIRA, F. J. S. **Estado e sociedade civil no pensamento político moderno**. Fortaleza, CE, 2009.
- VÁRNAGY, T. **O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo**. *En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx* Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de Sao Paulo, 2006.